



O ACOLHIMENTO CONJUNTO MÃE-BEBÊ COMO ALTERNATIVA PARA FAMÍLIAS MONOMARENTAIS SEM MORADIA

TRANSITIONAL SHELTER AS A ALTERNATIVE FOR MOTHER-HEADED FAMILIES WITHOUT HOME

Tabita Aija Silva Moreira¹

Antonia Picornell-Lucas²

Palavras-chave: gênero; mulheres migrantes; autonomia; serviço de acolhimento; serviços socioassistenciais.

Keywords: genre; migrant women; autonomy; shelter; social assistance.

O informe *Madre no hay más que una: monoparentalidad, género y pobreza infantil* (ALTO COMISIONADO CONTRA LA POBREZA INFANTIL DEL GOBIERNO DE ESPAÑA, 2021) destacou o crescimento significativo de famílias monoparentais no país, ressaltando que mais de 8 em cada 10 são chefiados por mulheres. Além disso, há um número representativo de crianças e adolescentes que residem nesses lares e, na maioria deles, elas são as únicas adultas da casa, dado que revela sua importância no trabalho de cuidados. Sobre isto, o informe aponta que os lares monomarentais estão em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas as demais por dificuldades vinculadas a sobrecarga do trabalho de cuidados e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. De modo que o risco de pobreza para crianças e adolescentes nas famílias monomarentais é 20 pontos maior do que o risco médio no país. O contexto apresentado, explica a maior vulnerabilidade das famílias monomarentais de não terem acesso a moradia. Um exemplo, foi a crise econômica de 2008, quando as famílias de mães solteiras foram as mais afetadas pelas execuções hipotecárias (MEDA, 2020). Dentre as causas

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tabita.smoreira@gmail.com.

² Doctora en Ciencias de la Educación, Universidad de Salamanca, toi@usal.es.



para a dificuldade de acesso à moradia é possível destacar a já citada discriminação no mercado de trabalho e as fragilidades das políticas habitacionais espanholas. Nota-se que, ao contrário de outros países membros da União Europeia, o país não possui grandes investimentos em habitação social e subsídios para pagamento de aluguéis ou compra de imóveis (MEDA, 2020). Essas famílias, também, estão vulneráveis a organizações sociais que condicionam o auxílio ao cumprimento de determinados papéis de gênero envoltos na submissão feminina como ser uma "boa esposa", "boa mãe" ou "boa filha" (FERNÁNDEZ-RASINES; GÁMEZ-RAMOS, 2013). Assim, analisar as causas que determinam e promovem os itinerários da falta de moradia das mulheres é fundamental para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes, bem como sua prevenção (MOREIRA; PICORNELL-LUCAS; PAIVA, 2020). Diante desse cenário, o objetivo desse estudo foi discutir o acolhimento conjunto de gestantes/mães Centro Materno Infantil "AVE MARÍA" localizado na província de Salamanca/Castela e Leão/Espanha. Os objetivos específicos compreendem discutir a proposta de cuidado da instituição às gestantes e famílias monomarentales e as ações voltadas para a preservação e desenvolvimento da autonomia. A metodologia incluiu uma visita à instituição e entrevista semiestruturada à uma das assistentes sociais para conhecer seu funcionamento e estratégias de trabalho, ocorridas em 2020 no período anterior a pandemia de Covid-19. Os dados coletados foram registrados em um diário de campo. O Centro Materno Infantil foi fundado em 1949 como resposta ao suicídio de uma moça da cidade que cometeu o ato diante da pressão social e moral da época. Foi assim que um padre fundou a instituição para fornecer apoio a outras mulheres em situação semelhante. Seu lema, se tornou o lema da instituição: "se ninguém faz, nós temos que fazer e vamos fazer". Atualmente, o centro está localizado em um casarão na cidade vizinha, Santa Marta Del Tormes e é mantido através de doações da sociedade e de convênios com órgãos públicos dos municípios de Santa Marta e Salamanca, da província salamantina y da comunidade autônoma Castela e Leão. Seu objetivo central é o atendimento de mulheres grávidas ou com crianças até cinco anos que estejam em risco de exclusão social em um ambiente familiar. Ademais, visa realizar uma intervenção integral e personalizada que facilite às mães



sua integração de forma satisfatória na sociedade. A estrutura física do Centro Materno Infantil comporta 32 gestantes/mães que são acomodadas em quartos individuais com banheiro coletivo ou em suítes a depender da quantidade de filhas/os. As demais dependências da casa incluem um refeitório, lavanderia com máquinas de lavar, cozinha industrial, sala de televisão e um jardim com parquinho para as crianças. O Centro é dirigido por uma freira (assistente social) e, conta com uma equipe educativa interdisciplinar: assistente social, duas educadoras sociais e psicóloga. Além de uma cozinheira e uma zeladora noturna. As mulheres acolhidas contribuem com as atividades realizando a limpeza dos seus quartos, lavanderia e há um revezamento para a limpeza das áreas comuns. Apesar de ser uma instituição religiosa, a preservação da liberdade religiosa das acolhidas que professam diferentes fés como as evangélicas e muçumanas ou que sejam ateias. Comumente o perfil das mulheres acolhidas é de mulheres jovens migrantes entre 18 e 38 anos. Em casos especiais, a instituição recebe adolescentes a partir dos 16 anos através da emancipação civil, pois não é habilitada para ser guardiã de crianças e adolescentes. Inclusive, nos casos em que a gestante manifesta o interesse em entregar a/o bebê em adoção, a criança é acolhida em serviço de acolhimento indicado para sua faixa-etária. Acrescenta-se que a mãe recebe acompanhamento psicossocial e é orientada sobre seus direitos que incluem: o limite de 30 dias para manifestar desistência da adoção, seu anonimato, endereçar uma carta para a criança que poderá ser acessada por ela quando completar a maioridade. Um dado interessante é a observação de que parte das adolescentes recebidas no Centro Materno Infantil foram encaminhadas em razão de adoções internacionais malsucedidas, principalmente por conflitos familiares o que pode denotar dificuldades em manejar conflitos interculturais, além dos geracionais. Outras, são oriundas de famílias com envolvimento no uso de álcool e outras drogas, prostituição e/ou negligência. As mulheres adultas, em sua maioria, são migrantes de países latino-americanos de língua espanhola e da África Ocidental e Setentrional que chegam grávidas à Espanha ou foram abandonados por seus companheiros. Problema semelhante é enfrentado pelas acolhidas espanholas, principalmente quando rejeitam o aborto. Ademais, são comuns casos de mulheres



sofrem violência de gênero e optam por sair de casa a denunciar o agressor. O projeto político pedagógico da instituição está pautado no acolhimento às gestantes e mães solteiras e na sua educação para o exercício da maternidade, ressaltando o projeto educativo que prioriza o bem-estar das crianças em primeiro lugar. Para tanto, é elaborado um plano individualizado de intervenção no intuito de criar metas para a autonomia financeira das mulheres e o aprimoramento das suas habilidades maternas. A equipe educativa interdisciplinar é responsável: pela orientação laboral e pelo apoio psicológico e emocional. Atividades que incluem cursos formativos de crescimento pessoal, busca de parceiros que ofereçam cursos formativos e empregos para as mulheres, além da orientação para a independência financeira. Assim, enquanto as mulheres estudam ou trabalham, elas são apoiadas nas dificuldades para conciliar o trabalho às responsabilidades com as crianças. Além disso, a cultura de apoio familiar é incentivada, de modo, que quando as mães não têm acesso à creche municipal, as demais a auxiliam no cuidado da criança nos seus horários de escola e trabalho. Em geral, esta necessidade ocorre nos casos de mulheres que não possuem documentos migratórios, sem os quais, estão impossibilitadas de acesso aos serviços públicos. Situações como estas, colocam as mulheres migrantes em maior risco quanto a falta de moradia e a violência de gênero, pois temem fazer denúncias, principalmente quando estão em situação irregular, por temer a deportação ao seu país de origem; serem responsabilizadas pela prisão ou deportação do agressor; e pelo temor de prejudicar de alguma forma suas/seus filhas/os (VALIÑO, 2019). Instituições como a Ave María oferecem uma opção de suporte psicossocial diante da dificuldade de acesso a programas governamentais para famílias como o aluguel social. Embora, diante do agravamento do agravamento da pandemia de Covid-19 o governo espanhol tenha aprovado o *Ingreso Mínimo Vital*, como medida econômica de combate as situações de pobreza que garante um suplemento de 22% para as famílias monoparentais. Esta medida, entretanto, é criticada por movimentos sociais por, dentre outros fatores, ter políticas de acesso excludentes e pela lentidão processual³. Ademais, o benefício é inacessível às mulheres migrantes não documentadas. É preciso

³ Um exemplo é a nota pública da Plataforma RMI Tu Derecho em abril deste ano, disponível em <http://invisiblesdetetuan.org/notaimvabril2021.pdf>



destacar, também, as expectativas sociais que o Centro Materno Infantil coloca sobre as gestantes/mães de corresponderem às expectativas de como devem se portar enquanto mães através de concepções pautadas na percepção de maternidade cristã católica e espanhola. De modo que há casos em que contrastam com os anseios das mulheres acolhidas. Em alguns casos, elas optam por antecipar sua saída da instituição. Nessas situações, são encaminhadas para acompanhamento do Programa de Intervenção Familiar municipal que visam interromper o abuso e negligência infantil, através da reabilitação do núcleo familiar. É necessário aprofundar a pesquisa e discussão sobre estas práticas em que, a princípio, notam-se intervenções pautadas na individualização das dificuldades das famílias monomarentales com pouca intervenção no contexto mais amplo que as coloca em risco social como a violência de gênero, questões migratórias e dificuldades econômicas.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISIONADO CONTRA LA POBREZA INFANTIL DEL GOBIERNO DE ESPAÑA. **Informe Madre no hay más que una: monoparentalidad, género y pobreza infantil**. Madrid: Gobierno de España. 2021.

FERNÁNDEZ-RASINES, Paloma; GÁMEZ-RAMOS, Tamara. La invisibilidad de las mujeres sin hogar en España. **Revista de Psicología**, Chile, v. 22, n. 2, p. 42–52. 2013.

MEDA, Jordi Bosch. El derecho de la mujer a la vivienda en España (2008-2017)". **Revista Estudios Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e54148, 2020.

MOREIRA, Tabita Aija Silva Moreira; PICORNELL-LUCAS, Antonia; PAIVA, Ilana Lemos de. Mujeres sin hogar: un estudio entre Brasil y España. In: PÉREZ ADROHER, Ana; HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Eva; LÓPEZ DE LA VIEJA; María Teresa (org.). **Derechos Humanos ante los nuevos desafíos de la globalización**. 1. ed. Espanha: Dykinson, 2020. p. 1097-1110.

VALIÑO, Almudena. (2019). Problemática en torno a la denuncia de las víctimas mujeres inmigrantes en los casos de violencia de género. In: GUZMÁN ORDAZ, Raquel.; Gorjón Barranco, María Concepción; SANZ MULAS, Nieves (org.). **Políticas públicas en defensa de la inclusión, la diversidad y el género defensa de la inclusión**. 1. ed. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2019. p. 600-613.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.